



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

CNPJ/MF Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e público em geral,

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A referentes ao exercício 2016, as quais se encontram acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

ANÁLISE DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

O cenário macroeconômico de 2016 acentuou ainda mais o ambiente negativo vivenciado em 2015. Os desajustes fiscais e o desemprego na ordem de 13 milhões de pessoas afetaram negativamente o consumo, provocando uma retração de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), medida pelo IBGE. Em 2015, a economia já havia recuado 3,8%. Essa sequência, de dois anos consecutivos de baixa, só foi verificada no Brasil nos anos de 1930 e 1931.

A inflação oficial, medida pelo IPCA-IBGE, fechou 2016 em alta de 6,29%. Outros índices de inflação fecharam o ano com taxas similares: IPC-FIPE (6,54%); INCC-FGV (6,13%) e IGPM-FGV (7,17%).

O setor de Construção Civil apresentou uma redução de 5,2% em relação ao ano anterior, sendo que em 2015 a retração já estava em 6,5%. A previsão acerca da redução drástica na disponibilidade de crédito ao setor da construção se concretizou em 2016. Somado à baixa do investimento em infraestrutura, essa combinação atingiu empresas de engenharia que possuem contratos com a Companhia, e, consequentemente, resultaram em mais desafios à gestão dos empreendimentos em andamento.

Como os contratos públicos são indexados por força de lei e muitos deles ainda captam parte da inflação do ano anterior, onde o IPCA-IBGE apresentou o índice anual de 10,71%, os custos e despesas da Companhia apresentaram uma elevação.

ESTRATÉGIA, DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Diante de um cenário desfavorável de retração econômica e uma profunda crise fiscal atingindo seu principal controlador e cliente (o Estado de São Paulo), a COMPANHIA manteve o foco em sua função pública, priorizando na manutenção de suas operações e redução de gastos. Nesse viés, o gasto total da Companhia (custo dos serviços prestados e despesas operacionais) observou redução R\$ 6,7 milhões mesmo diante dos efeitos inflacionários que atingem os contratos públicos. Não houve interrupção nos grandes empreendimentos executados em cooperação com o Poder Público e o serviço de Travessias Litorâneas manteve seu plano de investimentos, com reformas de embarcações e instalações de atracação.

Contudo, o resultado da Companhia no exercício ficou negativo em R\$ 150,1 milhões, representando uma piora de 4,8% em relação ao resultado apurado em 2015. Observa-se que a redução dos gastos não foi suficiente para cobrir o fraco desempenho da receita e o resultado financeiro negativo do período.

O resultado operacional, medido pelo EBITDA, também foi negativo e respondeu por cerca de um terço do déficit da Companhia, atingindo R\$ 53,5 milhões.

Repetindo resultados anteriores, a principal razão do EBITDA negativo está no déficit operacional das Travessias Litorâneas: R\$ 49,2 milhões em 2016. Esta prestação de serviços, que já vinha sofrendo há vários exercícios com o desequilíbrio tarifário, viu seus indicadores econômicos

piorarem ainda mais com o cenário recessivo que atingiu sensivelmente a demanda. Em 2016, houve queda de 12% para usuários de modos não motorizados e 7,8% para motorizados. A diminuição do público pagante minimizou os efeitos do reajuste tarifário e a receita das Travessias Litorâneas superou o ano anterior em apenas R\$ 900 mil.

Por outro lado, os custos do serviço foram duramente afetados pelo acréscimo de tripulação em diversas embarcações, determinado pela Autoridade Marítima. Ajustes internos, como a redução do pessoal DERSA, e externos, como os percebidos na redução de custos variáveis em razão da própria diminuição da demanda (como consumo de diesel e a manutenção de embarcações) não foram suficientes para compensar a alta.

Outras atividades desenvolvidas pela Companhia também foram influenciadas pelo ambiente recessivo. A prestação de serviços técnicos e especializados no campo da infraestrutura de transporte, que tem o Estado de São Paulo como seu principal cliente, não conquistou nenhum novo contrato expressivo em 2016. O encerramento e a maturação de contratos antigos resultaram em uma redução de 29,8% no faturamento desse negócio em relação ao ano anterior.

A implantação de empreendimentos, através de convênios de cooperação técnica e financeira, sofreu novos impactos decorrentes da diminuição do investimento público. O Rodoanel Norte, financeiramente suportado pelo Estado de São Paulo (dois terços) e pela União (um terço), sofreu nova contração de aportes federais, que responderam por apenas 18% do investimento realizado no exercício. No fechamento de 2016, o desequilíbrio acumulado da participação da União atingiu R\$ 523,6 milhões.

Na Nova Tamoios Contornos, o Estado conseguiu concluir com êxito uma operação de transferência de objeto de uma linha de crédito previamente contratado junto ao BNDES, garantindo novo fluxo de R\$ 938 milhões para o empreendimento. Não obstante, o primeiro desembolso desse financiamento só ocorreu em dezembro de 2016.

Ainda no campo da cooperação técnica e econômica para implantação de empreendimentos de infraestrutura de transporte, o avanço da execução do Termo de Compromisso firmado com a EPL, para a preparação do projeto de engenharia e licenciamento ambiental do Ferroanel Norte, implicou em aumento de despesas sem ressarcimento, uma vez que a execução desse projeto é sabidamente deficitária para a Companhia e se dá mediante ao reconhecimento de sua utilidade pública, declarada pelo Estado e referendada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Todos esses fatores tiveram impacto sobre as despesas operacionais, que oneraram o EBITDA de 2016 em R\$ 26,0 milhões. O resultado foi compensado por medidas importantes, como reduções nas despesas de pessoal, administrativas e honorários da Administração.

Além do EBITDA, explicam o agravamento dos resultados da Companhia o efeito negativo das provisões (R\$ 68,2 milhões), a depreciação do investimento (R\$ 18,8 milhões) e o resultado financeiro do exercício (R\$ 9,6 milhões).

Como as provisões e o resultado financeiro guardam estreita relação com a rolagem da dívida da Companhia, estes resultados retratam o efeito da indisponibilidade de recursos para uma solução definitiva da questão.

CAPITAL HUMANO E SUSTENTABILIDADE

A COMPANHIA manteve a tendência de redução do quadro de pessoal iniciada em 2013, fechando o exercício de 2016 com 534 funcionários, 27

postos a menos que dezembro de 2015. Os funcionários em atividade na própria Companhia foram reduzidos em 14 posições, baixando para 268 empregados. Os empregados cedidos a outros órgãos da Administração Pública também diminuíram, passando de 243 para 230 funcionários. A redução do quadro refletiu positivamente no gasto com pessoal da Companhia, que fechou o exercício 2016 em R\$ 131,3 milhões, contra R\$ 130,7 milhões em 2015. Estes valores incluem o custo dos desligamentos e os efeitos do reajuste salarial, que em 2016 foi de 10,04%. Preservar a função pública da Companhia diante do ambiente desfavorável é ponto focal da estratégia da COMPANHIA. Em 2016, isso não foi diferente. A execução dos contratos de obras, que envolvem o uso intensivo de mão de obra, foi priorizada. Programas ambientais voltados à mitigação e/ou compensação dos impactos dos empreendimentos sobre o meio ambiente foram mantidos sem alteração de escopo. Da mesma forma, o programa social de reassentamento e outras parcerias de cunho inclusivo, como o Programa Pró-Egresso, foram continuados e registraram resultados importantes. No Rodoanel Norte, por exemplo, cerca de 600 unidades habitacionais foram entregues a famílias atingidas pelas obras em 2016.

PERSPECTIVAS PARA 2017

A economia brasileira em 2017 aponta para um início de recuperação, com uma lenta retomada da produção e do consumo. Se isso for verificado, o crescimento da indústria e do comércio sinaliza um quadro fiscal menos dramático para o Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que acirra a disputa entre investimento e custeio, ambos penalizados pela retração dos exercícios anteriores.

Por outro lado, ainda não existe uma perspectiva clara de melhora sobre a disponibilidade de crédito e a carteira de contratos para o setor vinculado à construção de grandes empreendimentos de infraestrutura. Esse cenário aponta mais um ano de desafios complexos para a COMPANHIA, especialmente nos negócios dependentes de investimento público (especialmente o gerenciamento de empreendimentos), com riscos vinculados à disponibilidade de recursos e à saúde financeira das contratadas.

Como não há qualquer sinalização por parte do Estado para reequilíbrio das tarifas de Travessias Litorâneas, a Companhia deverá manter postura conservadora, priorizando sua finalidade pública, mas dando continuidade ao enxugamento de gastos. Outra prioridade deve ser o equacionamento do passivo judicial da Companhia, atividade essa que demandará investimentos dos Controladores.

São Paulo, 13 de março de 2017.

LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO
Diretor-presidente

BENJAMIM VENÂNCIO DE MELO JUNIOR
Diretor Administrativo cumulando a Diretoria Financeira

PEDRO DA SILVA
Diretor de Engenharia

NILSON ROGÉRIO BARONI
Diretor de Operações

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	791	3.189	Fornecedores	10	159.067	134.800
Outros investimentos	6	26.478	101.268	Salários e férias a pagar		11.816	11.486
Contas a receber	7	2.030	1.621	Impostos e contribuições a recolher		9.318	9.704
Adiantamento a funcionários		1.251	1.252	Outras contas a pagar		43.269	67.682
Despesas antecipadas		1.047	783	Total do passivo circulante		223.470	223.672
Estoques		786	792				
Outros créditos		4.918	5.889	Não circulante			
Total do ativo circulante		37.301	114.794	Provisões	11	1.011.945	1.051.593
Não circulante				Benefícios a empregados	12	27.839	15.854
Realizável a longo prazo				Fornecedores	10	5.959	36.021
Créditos com órgãos do Governo	8	2.437.644	2.564.301	Adiantamento para futuro aumento de capital		66.189	-
Depósitos judiciais	11	58.642	55.593	Outras contas a pagar		41.506	75.075
Outras contas a receber		56	1.714	Total do passivo não circulante		1.153.438	1.178.543
		2.496.342	2.621.608	Patrimônio líquido			
Investimentos		73	73	Capital social	14	1.862.659	1.862.659
Imobilizado	9	421.795	403.396	Reserva de lucros		18.155	18.155
Intangíveis		503	631	Ajuste de avaliação patrimonial		(4.021)	4.994
		422.371	404.100	Prejuízos acumulados		(297.687)	(147.521)
Total do ativo não circulante		2.918.713	3.025.708			1.579.106	1.738.287
		2.956.014	3.140.502			2.956.014	3.140.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
Receita operacional	18	74.602	75.159
Custos dos serviços prestados			
Pessoal		(8.625)	(8.869)
Depreciação e amortização		(17.677)	(14.299)
Serviços / Combustíveis		(81.683)	(74.910)
Manutenção		(11.779)	(11.884)
		(119.764)	(109.962)
Prejuízo Bruto		(45.162)	(34.803)
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(36.927)	(33.399)
Provisões	11	(72.986)	(78.363)
Reversão de provisões	11	10.761	-
Depreciação e amortização		(1.143)	(1.120)
Outras (despesas) receitas		4.874	971
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(140.583)	(146.714)
Despesas financeiras		(12.633)	(3.251)
Receitas financeiras		3.050	6.735
Resultado financeiro	20	(9.583)	3.484
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(150.166)	(143.230)
Imposto de Renda		-	-
Contribuição Social		-	-
Resultado do exercício		(150.166)	(143.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)			
		2016	2015
Receitas			
Serviços prestados		71.894	71.524
Ressarcimento de despesas - Convênios		52.124	56.528
Reversão de provisões		10.761	-
Outras receitas		10.562	7.619
		145.341	135.671
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados		93.462	86.794
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		26.370	23.930
		119.832	110.724
Valor reduzido bruto		25.509	24.947
Depreciação e amortização		18.820	15.419
Provisões		72.986	78.363
Valor adicionado (consumido) pela Companhia		(66.297)	(68.835)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		3.050	6.735
Valor reduzido total a distribuir		(63.247)	(62.100)
Distribuição do valor adicionado (reduzido)			
Empregados		71.306	74.866
Pessoal e encargos		68.862	72.509
Honorário dos Administradores		2.444	2.357
Tributos		2.980	3.013
Impostos, taxas e contribuições		2.980	3.013
Remuneração de capitais de terceiros		12.633	3.251
Juros		12.633	3.251
Remuneração de capitais próprios		(150.166)	(143.230)
Resultado do exercício		(150.166)	(143.230)
TOTAL		(63.247)	(62.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

CNPJ/MF Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos / lucros acumulados	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Legal	Contingências		
Saldos em 01 de dezembro de 2015	1.862.659	(4.291)	18.155	196.918	(8.328)	2.065.113
Ganho (perda) sobre plano de benefícios	-	-	-	-	13.322	13.322
Resultado do exercício	-	(143.230)	-	-	-	(143.230)
Destinações	-	-	-	(196.918)	-	(196.918)
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.862.659	(147.521)	18.155	-	4.994	1.738.287
Ganho (perda) sobre plano de benefícios	-	-	-	-	(9.015)	(9.015)
Resultado do exercício	-	(150.166)	-	-	-	(150.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.862.659	(297.687)	18.155	-	(4.021)	1.579.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resultado do exercício		(150.166)	(143.230)	Outros investimentos - aplicações financeiras		74.790	379.644
Ajustes por:				Compras de intangíveis		(152)	-
Depreciação e amortização		18.820	15.419	Compras de imobilizado	9	(44.385)	(18.597)
Provisões	11	133.120	90.394	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		30.253	361.047
Reversões de provisões	11	(70.895)	(12.031)	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Baixas de imobilizado	9	7.446	5	Adiantamento para futuro aumento de capital		66.189	-
Ganho (perda) sobre plano de benefícios	12	(9.015)	13.322	Pagamento de dividendos		-	(196.918)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	20	10.129	97	Recursos recebidos para convênios		1.471.165	1.354.298
		(60.561)	(36.024)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		1.537.354	1.157.380
				(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(2.398)	(45.461)
				Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício		3.189	48.650
				No fim do exercício		791	3.189
				(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(2.398)	(45.461)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	(150.166)	(143.230)
Outros resultados abrangentes		
Reconhecimento valor justo plano de benefícios	(9.015)	13.322
Total do resultado abrangente do exercício	(159.181)	(129.908)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 6 de março de 1969, localizada em São Paulo na Rua Iaí, 126, a Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A ("Companhia"), é uma sociedade de economia mista sob o controle acionário do Estado de São Paulo. A Companhia opera e administra os sistemas de travessias litorâneas de São Sebastião/Ilhabela; Cananeia/Continent; Cananeia/Ilha Comprida; Iguape/Jureia; Cananeia/Ariri; Bertioga/Guarujá; Santos/Guarujá e Praça da República (Santos)/Vicente de Carvalho (Guarujá), todas dentro do Estado de São Paulo.

Atualmente, a Companhia é responsável pela implantação do trecho Norte do Rodoanel Mario Covas e pela implantação do empreendimento Nova Tamoios trecho Contornos.

Desde o exercício de 2012, a Companhia vem prestando serviços técnicos especializados na área de infraestrutura de transportes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 13 de março de 2017, foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que tais estimativas são revistas e quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 – Créditos com órgãos do Governo
- Nota 09 – Imobilizado – Depreciação do ativo imobilizado
- Nota 11 – Provisões
- Nota 15 – Instrumentos financeiros

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

I. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

II. Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das travessias litorâneas;

As receitas de prestação de serviços técnicos são reconhecidas quando um serviço é executado;

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

III. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber, créditos com órgãos do Governo e outros créditos.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, dívidas com órgãos do Governo e outras contas a pagar.

c) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais, quando houver, diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações serão reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

IV. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas questões de obrigações de curto prazo.

V. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

VI. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

VIII. Benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

CNPJ/MF Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

IX. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

X. Subvenções

Uma subvenção governamental é reconhecida como uma conta redutora de um ativo relacionado a esta subvenção.

XI. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

XII. Demonstração de Valor Adicionado

A Companhia elaborou e está apresentando voluntariamente as Demonstrações de Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

XIII. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB ("International Accounting Standards Board"), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processo para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de Capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes (Órgãos do Governo Partícipe do Convênio), fato que poderá inviabilizar e/ou atrasar as obras e serviços, além de gerar ações judiciais e impactos financeiros à Companhia.

No que tange aos Créditos a Receber junto aos Órgãos do Governo, a Companhia avalia que o risco de crédito relativo a esses valores é substancialmente minimizado, uma vez que o Orçamento do Partícipe está previamente aprovado sobre uma Lei Orçamentária.

A exposição máxima da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.530.559 (dois bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil reais).

b. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros, recursos do Estado que a Companhia faz para completar as obras sob seu gerenciamento. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de desembolsos versus as previsões de entradas de recursos.

A exposição máxima da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.349.639 (um bilhão, trezentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil reais).

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de suas obrigações e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa	28	28
Numerários em trânsito	705	400
Bancos conta movimento	58	2.761
	791	3.189

6. OUTROS INVESTIMENTOS

	2016	2015
Aplicações financeiras	26.478	101.268
	26.478	101.268

As aplicações financeiras referem-se aos fundos de investimentos de renda fixa (FIF – TESOURO, lastreados em títulos públicos federais), remunerados à taxa média anual de 13,7% em 2016 (12,9% em 2015).

Essas aplicações estão representadas substancialmente por recursos advindos de Entes Públicos, partícipes de Convênios, principalmente de financiamentos contraídos pelo Governo do Estado de São Paulo, com destinação específica para a consecução dos Convênios que são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER

	2016	2015
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.(a)	1.568	1.266
Outras contas a receber	462	355
	2.030	1.621

(a) Refere-se a valores de tarifas de pedágio cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais são repassados à Companhia no período subsequente.

A Companhia não tem apresentado histórico de perdas em suas contas a receber, razão pela qual nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em 31 de dezembro de 2016.

8. CRÉDITOS COM ÓRGÃOS DO GOVERNO

A Companhia possui créditos junto a órgãos governamentais, conforme segue:

	2016	2015
Governo do Estado de SP (a)	1.396.146	1.483.897
Rodoanel Metropolitano Mario Covas (b)	704.608	685.168
Convênio Complexo Viário Jacu-Pêssego (c)	202.752	233.245
Convênio Marginal Tietê (d)	74.818	89.421
DER – Gerenciamento de obras (e)	19.184	40.273
DER – Convênio N. Tamoios Contornos (f)	22.659	26.630
Outros Convênios	10.242	(11.025)
Salários a recuperar (g)	7.235	16.692
	2.437.644	2.564.301

a. Governo do Estado de São Paulo – Corredores D. Pedro I, Ayrton Senna/Carvalho Pinto.

O Decreto Estadual nº 53.107, de 13 de junho de 2008, que alterou o Decreto nº 52.188, de 21 de setembro de 2007, autorizou a concessão onerosa dos serviços públicos de infraestrutura de transporte relativos às Rodovias D. Pedro I e o Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, importando, assim, o término antecipado da exploração, pela DERSA, das referidas Rodovias, que deveria ocorrer até o ano de 2023.

Após análises e avaliações, as partes formataram um "Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças", celebrado entre a DERSA, o DER e o Estado de São Paulo, consolidando créditos e débitos recíprocos.

O referido termo de reconhecimento foi objeto de convalidação pelo DCA – Departamento de Controle e Avaliação, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Os saldos em abertos podem ser assim demonstrados:

	2016	2015
Corredores D. Pedro I / Ayrton Senna / C. Pinto	1.483.897	1.718.297
Convênio Pref. São José dos Campos (l)	236	79
Dividendos	-	(196.917)
Valores recebidos	(87.987)	(37.562)
Saldo a receber	1.396.146	1.483.897

(l) Convênio com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC)

Refere-se ao Convênio celebrado em 19 de dezembro de 2005, entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, com o objetivo de executar as obras localizadas na ligação entre as Rodovias Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto.

Os valores desembolsados pela Companhia no referido Convênio, nos termos da Manifestação GPG – CEF n.º 135/2013 da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, foram reclassificados para a conta créditos com órgãos do Governo, no ativo não circulante, na rubrica Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto.

b. Rodoanel Metropolitano Mario Covas

A Portaria Intergovernamental nº 3, em 12 de janeiro de 1998 designou a Companhia como agente executor do empreendimento RODOANEL. Na mesma data, foi firmado o Protocolo de Intenções celebrado pela União, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, com o objetivo de viabilizar a consecução da obra. A União e o Estado de São Paulo firmaram, em 30 de abril de 1999, o Termo de Compromisso nº 04/99, cujo objeto traduz-se no apoio financeiro do Ministério dos Transportes ao Estado de São Paulo para consecução do projeto, obras e serviços necessários à implantação do RODOANEL.

À Companhia, consoante o Termo de Compromisso, coube promover a execução das obras, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de obras e projetos do RODOANEL, efetuar os pagamentos decorrentes da execução do Convênio, aplicar os recursos financeiros repassados pelos órgãos Federais e Estaduais, apresentando o demonstrativo da correta aplicação dos recursos, entre outras atividades.

Trecho Sul e Oeste

A Companhia, até o exercício de 2013, contabilizava as contingências passivas advindas de desapropriação dos Trechos Oeste e Sul do Rodoanel dentro de resultado e sua contrapartida era no seu Passivo não Circulante.

A partir do exercício de 2014, a Companhia alterou o critério de reconhecimento das provisões para contingências vinculadas aos Trechos Sul e Oeste do Rodoanel. Sendo assim, os saldos provisionados estão sendo lançados nas contas de Créditos com Órgãos do Governo (Ativo Não Circulante) e, sua contrapartida permanece no Passivo Não Circulante.

Trecho Norte

O último elo a ser construído, o Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, desenvolve-se a partir do final do Trecho Leste no trevo de interseção com a Rodovia Presidente Dutra (município de Arujá) e início do Trecho Oeste, na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (município de São Paulo), passando também pelo município de Guarulhos, interligando com o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a Rodovia Fernão Dias, com extensão aproximada de 44,0 km. O acesso ao aeroporto de Guarulhos tem extensão da ordem de 3 km. Os saldos em aberto do referido Convênio podem ser assim demonstrados:

	2016	2015
Prov. Desapropriações – Trecho Oeste	358.730	354.932
Prov. Desapropriações – Trecho Sul	277.047	307.539
Prov. Desapropriações Convênios	635.777	662.471
Trecho Norte		
Obras e serviços	3.629.108	2.739.617
Recursos recebidos da União Federal	(1.252.705)	(1.091.705)
Recursos recebidos do DER	(487.211)	(302.510)
Recursos recebidos do DER - BID	(1.778.156)	(1.280.500)
Recursos recebidos Estado de São Paulo	(42.205)	(42.205)
Créditos a receber – Trecho Norte	68.831	22.697
Créditos a realizar – Total	704.608	685.168

c. Convênio Complexo Viário Jacu - Pêssego

Refere-se ao Convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), com o objetivo de viabilizar a execução de obras e serviços do "Complexo Viário Jacu-Pêssego" e a implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais.

A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto. Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 (e), a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do Convênio Complexo Viário Jacu Pêssego e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	2016	2015
Recursos recebidos do Estado e Município	(2.378.819)	(2.255.136)
Obras e serviços executados	2.581.571	2.488.381
Saldo a recuperar	202.752	233.245

d. Convênio de Adequação Viária da Marginal Tietê

Em 25 de fevereiro de 2008, foi celebrado entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), Convênio que tem por objetivo a execução das obras e serviços.

A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto. Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 (e), a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço. Os saldos em aberto do Convênio podem ser assim demonstrados:

	2016	2015
Recursos recebidos do Estado	(1.556.113)	(1.521.800)
Obras e serviços executados	1.630.931	1.611.221
Saldo a recuperar	74.818	89.421

e. Departamento de Estradas de Rodagem – Gerenciamento de obras

Em 02 de dezembro de 2009, a Companhia juntamente com o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, firmaram um termo de ajuste.

O referido termo estabeleceu um percentual à Companhia, a ser repassado pelo DER, a título de ressarcimento dos custos operacionais, pela realização dos empreendimentos que lhe forem atribuídos por delegação ou Convênios bem como a sua forma de repasse financeiro.

No exercício de 2011, foi reavaliada a natureza dos valores recebidos pela Companhia em decorrência do referido Termo de Ajuste e, considerando que as atividades da Companhia decorrem de Convênio, não se caracterizando prestação de serviços, os valores recebidos a título de ressarcimento foram reclassificados do grupo de receitas operacionais para o grupo de recuperação de despesas.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar os projetos.

Desta forma, nestas demonstrações financeiras foram reconhecidos R\$ 52.124, relativos ao ressarcimento das despesas incorridas pela Companhia.

	2016	2015
Valores a receber do DER	52.124	56.528
Valores recebidos	(32.940)	(16.255)
Saldo a recuperar	19.184	40.273



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

CNPJ/MF Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

f. Convênio Nova Tamoios - Contornos

Refere-se ao Convênio celebrado em 02 de outubro de 2012 entre a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando à execução de obras e serviços de implantação do empreendimento "NOVA TAMOIOS - CONTORNOS" nas cidades de CARAGUATATUBA e SÃO SEBASTIÃO.

O EMPREENDIMENTO irá implantar o Contorno Norte, com aproximadamente 6,2 km; o Contorno Sul, com 30,7 km aproximadamente, cuja extensão total é de 36,9 km.

O Contorno Norte, com 6,2 km de extensão, está completamente localizado no município de Caraguatubata.

O traçado está compreendido entre a Rodovia Manuel Hypólito do Rego SP 055, nas proximidades da Rua Marginal Ipiranga e do rio Guaxinduba e a aproximação da interseção com a Rodovia dos Tamoios SP 099, junto ao rio Santo Antonio, no bairro Jaraguazinho.

O Contorno Sul, com 30,7 km de extensão, está localizado nos municípios de Caraguatubata e de São Sebastião. Inicia-se a partir do Contorno Norte, na interseção com a Rodovia dos Tamoios SP 099 e termina na junção com a Rodovia Manuel Hypólito do Rego SP 055, nas proximidades do Porto de São Sebastião.

A Companhia é responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.

Todavia, conforme comentado na nota explicativa nº 8 (e), a Companhia está sendo ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.

Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

A movimentação do referido Convênio e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	2016	2015
Recursos recebidos do DER	(1.380.619)	(841.819)
Obras e serviços executados	1.403.278	868.449
Saldo a (aplicar)	<u>22.659</u>	<u>26.630</u>

g. Salários a Recuperar

Esses valores são representados pelos créditos que a Companhia possui a receber de outros Órgãos, pertinentes a funcionários cedidos na Administração Pública, conforme segue relação abaixo:

	2016	2015
DER – DEP. DE ESTRADAS DE RODAGEM	800	9.801
CIA. DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO	5.271	5.071
SECR. DE RECURSOS HÍDRICOS	-	360
OUTROS	1.164	1.460
	<u>7.235</u>	<u>16.692</u>

9. IMOBILIZADO

	2016			2015			01.01.2015
	Prazo de depreciação (em anos)	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios	25	16.198	(12.250)	3.948	16.198	(11.994)	4.204
Móveis e utensílios	10	5.159	(4.340)	819	5.189	(4.030)	1.159
Máquinas e acessórios	10	126	(122)	4	126	(120)	6
Veículos	5	299	(299)	-	314	(314)	-
Instalações	10	2.573	(1.148)	1.425	1.049	(848)	201
Computadores e periféricos	5	5.112	(4.856)	256	6.724	(6.291)	433
Embarcações	20	273.816	(73.292)	200.524	232.296	(61.768)	170.528
Atracadouros	30	112.849	(31.088)	81.761	90.504	(27.428)	63.076
Equipamentos de arrecadação	10	60	(60)	-	60	(59)	1
Dolphins	70	12.955	(1.830)	11.125	12.955	(1.642)	11.313
Carreiras e carrinhos de docagem	25	4.981	(571)	4.410	4.981	(360)	4.621
Edificações / sinalização / reurbanização / terraplenagem	20	12.645	(5.654)	6.991	8.526	(5.172)	3.354
Imobilizações em andamento	-	37.543	-	37.543	68.912	-	68.912
Terrenos	-	72.989	-	72.989	75.588	-	75.588
		<u>557.305</u>	<u>(135.510)</u>	<u>421.795</u>	<u>523.422</u>	<u>(120.026)</u>	<u>403.396</u>

Movimentação do custo

	01.01.2015	2015			2016			01.01.2016	
		Adições	Baixas	Transf.	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Edifícios	16.198	-	-	-	16.198	-	-	-	16.198
Móveis e utensílios	5.183	8	(2)	-	5.189	2	(32)	-	5.159
Máquinas e acessórios	126	-	-	-	126	-	-	-	126
Veículos	314	-	-	-	314	-	(15)	-	299
Instalações	1.030	20	(1)	-	1.049	-	(1)	1.525	2.573
Computadores e periféricos	6.888	-	(164)	-	6.724	26	(1.685)	47	5.112
Embarcações	200.866	-	-	31.430	232.296	3.891	(5.963)	43.592	273.816
Atracadouros	90.504	-	-	-	90.504	-	-	22.345	112.849
Equipamentos de arrecadação	60	-	-	-	60	-	-	-	60
Dolphins	9.230	-	-	3.725	12.955	-	-	-	12.955
Carreiras e carrinhos de docagem	4.981	-	-	-	4.981	-	-	-	4.981
Edificações / sinalização / reurbanização / terraplenagem	8.526	-	-	-	8.526	-	-	4.119	12.645
Imobilizações em andamento	85.502	18.569	(4)	(35.155)	68.912	40.466	(168)	(71.667)	37.543
Terrenos	75.588	-	-	-	75.588	-	(2.599)	-	72.989
Imobilizado	504.996	18.597	(171)	-	523.422	44.385	(10.463)	(39)	557.305
Bens intangíveis	1.326	-	-	-	1.326	152	-	39	1.517
	<u>506.322</u>	<u>18.597</u>	<u>(171)</u>	<u>-</u>	<u>524.748</u>	<u>44.537</u>	<u>(10.463)</u>	<u>-</u>	<u>558.822</u>

Movimentação da depreciação / amortização

	01.01.2015	2015			2016			01.01.2016
		Adições	Baixas	amortização	Depreciação/ amortização	Adições	Baixas	Depreciação/ amortização
Edifícios	(11.737)	(257)	-	-	(11.994)	(256)	-	(12.250)
Móveis e utensílios	(3.685)	(346)	1	-	(4.030)	(342)	32	(4.340)
Máquinas e acessórios	(117)	(3)	-	-	(120)	(2)	-	(122)
Veículos	(314)	-	-	-	(314)	-	15	(299)
Instalações	(811)	(38)	1	-	(848)	(302)	2	(1.148)
Computadores e periféricos	(6.199)	(256)	164	-	(6.291)	(250)	1.685	(4.856)
Embarcações	(51.280)	(10.488)	-	-	(61.768)	(12.807)	1.283	(73.292)
Atracadouros	(24.355)	(3.073)	-	-	(27.428)	(3.660)	-	(31.088)
Equipamentos de arrecadação	(57)	(2)	-	-	(59)	(1)	-	(60)
Dolphins	(1.491)	(151)	-	-	(1.642)	(188)	-	(1.830)
Carreiras e carrinhos de docagem	(149)	(211)	-	-	(360)	(211)	-	(571)
Edificações / sinalização / reurbanização / terraplenagem	(4.833)	(339)	-	-	(5.172)	(482)	-	(5.654)
Depreciação / Amortização	(105.028)	(15.164)	166	-	(120.026)	(18.501)	3.017	(135.510)
Amortização intangíveis	(440)	(255)	-	-	(695)	(319)	-	(1.014)
	<u>(105.468)</u>	<u>(15.419)</u>	<u>166</u>	<u>-</u>	<u>(120.721)</u>	<u>(18.820)</u>	<u>3.017</u>	<u>(136.524)</u>

10. FORNECEDORES

Está representado substancialmente por obrigações com empreiteiras decorrentes da construção, conservação e melhoramentos dos empreendimentos e travessias litorâneas sob jurisdição da Companhia. Os valores foram estabelecidos através de medições com base nos preços contratuais e, posteriormente, foram reajustados de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 27.133, de 26 de junho de 1987 e suas alterações.

A dívida total com os fornecedores pode ser demonstrada como segue:

	2016	2015
Circulante		
Obras e serviços Rodoanel (a)	65.146	44.925
Convênio Nova Tamoios Contornos (vide nota explicativa nº 8 f)	31.090	33.617
Consórcio Queiroz Galvão/Constran (b)	35.756	30.875
Internacional Marítima Ltda (c)	10.403	7.634
S.E.R Serv. Engenharia (d)	2.721	2.171
Convênio PMSP (vide nota explicativa nº 8 c/d)	3.218	2.846
Outras empreiteiras e fornecedores	10.733	12.732
	<u>159.067</u>	<u>134.800</u>

Não Circulante

Consórcio Queiroz Galvão/Constran (b)	5.959	36.021
	<u>5.959</u>	<u>36.021</u>
	<u>165.026</u>	<u>170.821</u>

a. Obras e serviços Rodoanel

Refere-se aos contratos de obras e serviços vinculados ao empreendimento Rodoanel Mario Covas, vide nota explicativa n.º 8 b.

b. Consórcio Queiroz Galvão/Constran

Em 26 de março de 2015, foi firmado um acordo entre a Companhia e o Consórcio Queiroz Galvão/Constran (CQGC).

O referido acordo tem por objeto a reparação de prejuízos advindos de atrasos nos pagamentos de valores pela Companhia, em decorrência do contrato n.º 2776, cujo objeto era a execução das obras e serviços de construção do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas – Lote I.

c. Internacional Marítima Ltda.

Refere-se substancialmente ao contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de operação do sistema de travessias litorâneas e linha de navegação, sob a jurisdição da Companhia.

d. S.E.R Serviços, Engenharia e Representações Ltda.

Refere-se aos contratos, cujos objetos são de obras e serviços de padronização, reforma, traslado e docagem de embarcação do tipo Ferry Boat, conservação e manutenção de prédios, pátios, atracadouros e bolsões de embarque e desembarque dos estaleiros das Travessias Litorâneas, bem como a execução de serviços de manutenção e conservação naval.

11. PROVISÕES

A Companhia é parte integrante de ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, comerciais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	2016	2015		
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Trabalhistas	34.448	7.991	24.590	14.646
Tributárias e previdenciárias	163.583	50.075	176.942	40.324
Cíveis				
Desapropriações	595.498	-	621.448	-
Contratos de empreiteiras (Medições/Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras)	218.416	576	228.613	623
	<u>1.011.945</u>	<u>58.642</u>	<u>1.051.593</u>	<u>55.593</u>



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

CNPJ/MF Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em milhares de Reais)

MOVIMENTAÇÃO DOS PROCESSOS NO PERÍODO

	01.01.2015				2015				2016			
	Saldo inicial	Atualizações	Acordos	Baixas	Saldo	Atualizações	Acordos	Baixas	Saldo final			
Trabalhistas	21.831	14.573	(2.993)	(8.821)	24.590	25.520	(13.956)	(1.706)	34.448			
Tributárias e previdenciárias	150.248	27.439	(745)	-	176.942	31.582	(2.598)	(42.343)	163.583			
Cíveis												
- Desapropriações	151.175	25.557	(462)	-	176.270	42.061	(409)	(2.309)	215.613			
- Contratos de empreiteiras (Medições/Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras)	214.026	22.825	(5.028)	(3.210)	228.613	33.957	(19.617)	(24.537)	218.416			
Subtotal	537.280	90.394	(9.228)	(12.031)	606.415	133.120	(36.580)	(70.895)	632.060			
Desapropriações - Convênios	466.906	211.490	(224.961)	(8.257)	445.178	38.311	(3.897)	(99.707)	379.885			
Total	1.004.186	301.884	(234.189)	(20.288)	1.051.593	171.431	(40.477)	(170.602)	1.011.945			

As contingências tributárias e previdenciárias referem-se basicamente a processos relativos a IPTU e ISSQN. As contingências de desapropriações referem-se às demandas judiciais para a discussão dos valores das indenizações pagas nos processos de desapropriação de terrenos para a construção de rodovias e consecução dos empreendimentos gerenciados pela DERSA. Para os processos pendentes de julgamento final, a Administração utilizou-se da estimativa dos valores, baseada em estudo técnico e histórico dos valores indenizados.

A partir do exercício de 2014, a Companhia efetuou uma mudança de prática contábil relativa ao reconhecimento das provisões passivas para contingências de desapropriações vinculadas aos Convênios, sendo estas registradas apenas em contas patrimoniais.

As contingências com empreiteiras no montante de R\$ 218.416 que incluem, substancialmente, as discussões judiciais sobre a atualização e correção monetária decorrentes do reequilíbrio financeiro dos contratos, ocorrido durante o Plano Real, vêm sendo atualizadas pelo INPC mais meio por cento de juros de mora ao mês.

A movimentação no resultado da Companhia no montante líquido de R\$ 62.225, é composta pela soma das adições no valor de R\$ 133.120, subtraindo as baixas no valor de R\$ 70.895. A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis avaliadas pelo departamento jurídico da Companhia como sendo de risco possível no montante estimado de R\$ 2.003.532 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.843.550 em 31 de dezembro de 2015) para as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Administração da Companhia adota a política contábil de reconhecimento dos programas de benefícios pós-emprego, avaliada pelo método da Unidade de Crédito Projetada, de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, ex-colaboradores e dependentes, benefício de assistência médico-hospitalar contratado através do Grupo NotreDame Intermédica, devidamente habilitado para este fim pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A legislação específica e vigente sobre os beneficiários de planos médicos (Lei nº 9.656/98) prevê possível continuidade no plano de assistência à saúde no período pós-emprego desde que, durante o período laboral, o empregado tenha contribuído para o custeio do plano. Esta vinculação é vitalícia quando o empregado se aposentar pela Companhia e, concomitantemente, tiver contribuído ao plano por no mínimo dez anos, ou temporária – para os casos de desligamento ou aposentadoria com período de contribuição menor que 10 anos.

Os planos médicos oferecidos são tarifados por prêmio único, de acordo com a média de idade da massa populacional da Companhia. Sendo assim, há subsídio indireto em favor dos aposentados e seus dependentes, uma vez que a DERSA assume parte dos custos dos prêmios médios dos ativos. Segundo a norma CPC-33 - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia deve reconhecer essa obrigação indireta para tanto baseando-se em avaliação atuarial específica e independente.

A avaliação, realizada pela empresa ASSISTANTS LTDA., habilitada junto ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, sob nº CIBA-68, adotou o Método da Unidade de Crédito Projetada – UCP, utilizando as seguintes premissas técnicas:

HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

HIPÓTESES ECONÔMICAS	2016	2015
Taxa anual de juro atuarial real	5,82%	7,235%
Taxa anual de inflação projetada	4,80%	6,99%
Taxa esperada de retorno nos ativos	N.A.	N.A.
Taxa anual real de evolução salarial	2%	2%
Taxa anual real de evolução custos médicos até 59 anos	3%	3%
Taxa anual real de evolução custos médicos após 59 anos	-	3%
Taxa real de evolução de benefícios	N.A.	N.A.
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	N.A.	N.A.
Fator de capacidade (benefícios e salários)	N.A.	N.A.

HIPÓTESES ATUARIAIS

Taxa de rotatividade	9,46% a.a.	9,98% a.a.
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
% de casados na data de aposentadoria	80%	80%
Diferença de idade entre titular e cônjuge - inativos	4 anos	4 anos
Idade de aposentadoria	65 anos	60 anos

Os resultados apurados, para os exercícios findos em 31/12/2016 e em 31/12/2015, com base nas hipóteses e considerações descritas anteriormente, foram os seguintes:

PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	2016	2015
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES		
Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício	15.854	25.543
Custo do Serviço	465	479
Custo dos Juros	2.504	3.154
Benefícios pagos/adiantados (Ganhos) ou Perdas Atuariais	9.016	(13.322)
Obrigações Atuariais no final do Exercício	27.839	15.854
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor dos Ativos no Início do Exercício	-	-
Retorno Investimentos	-	-
Contribuições Arrecadadas	-	-
Benefícios Pagos	-	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-
Valor dos Ativos Financeiros no final do Exercício	-	-
OBRIGAÇÃO LÍQUIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO	27.839	15.854

Reconciliação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido	31/12/2016
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	15.854
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	9.016
Despesa/(receita) já reconhecida durante o exercício (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	2.969
Custo do serviço corrente (d)	465
(-) Contribuições de participantes (e)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	2.504
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	-
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)	27.839

Para o Exercício de 2017, foram projetados os seguintes valores de agregação à obrigação acima:

CUSTO PERIÓDICO - Projeção para 2016

	EM R\$
Custo do Serviço Corrente	588
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	3.034
(-) Contribuições de Participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Outros	-
TOTAL	3.622

13. PARTES RELACIONADAS

As operações e saldos com partes relacionadas compreendem àquelas já divulgadas nas notas explicativas e compreendem as seguintes partes: o Governo do Estado de São Paulo, seu principal acionista, e seus demais agentes, conforme abaixo:

A Secretaria Estadual de Logística e Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER e a Fazenda do Estado de São Paulo, vide notas explicativas nº 8 (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (g).

As remunerações dos Administradores referem-se às obrigações de curto prazo e podem ser assim demonstradas:

	2016	2015
Honorários da Diretoria Executiva	1.053	879
Honorários do Conselho de Administração	426	501
Honorários do Conselho Fiscal	148	148
Gratificações a Diretores e Conselheiros	817	829
Remuneração dos Administradores	2.444	2.357

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social autorizado, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de junho de 2008, é de R\$ 22.067.886 (vinte e dois bilhões, sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil reais).

O montante integralizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.862.659.

A posição acionária no capital da Companhia é como segue:

Acionistas	Nº de ações (mil)	%
Fazenda do Estado de São Paulo	12.098.638.788	99,999999
Outros	158	0,000001
	12.098.638.788	100

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores de mercado em virtude da natureza e prazo de vencimento desses instrumentos.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes, sejam feitas.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros – Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, adiantamento a funcionários, créditos com órgãos do Governo, depósitos judiciais, fornecedores e dívidas junto a órgãos do Governo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	791	3.189	791	3.189
Outros investimentos	26.478	101.268	26.478	101.268
Contas a receber	2.030	1.621	2.030	1.621
Outros créditos	4.918	5.889	4.918	5.889
Não circulante				
Créditos com órgãos do Governo	2.437.644	2.564.301	2.437.644	2.564.301
Depósitos judiciais	58.642	55.593	58.642	55.593
Outras contas a receber	56	1.714	56	1.714
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	159.067	134.800	159.067	134.800
Outras contas a pagar	43.269	67.682	43.269	67.682
Não circulante				
Fornecedores	5.959	36.021	5.959	36.021
Outras contas a pagar	41.506	75.075	41.506	75.075

Hierarquia de valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia.

- Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 – para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercado atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	2016	Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Outros investimentos	26.478	26.478
	26.478	26.478



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A
CNPJ/MF Nº 62.464.904/0001-25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sobre a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, e submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, também foram por nós examinadas, cujo parecer datado de 14 de março de 2016, não continha ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos e circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Sociedade para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2017.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-000064/O-7 T SP
SÉRGIO DOS SANTOS GONÇALVES
Contador
CRC-1RJ-056082/O-3 -"S" - SP
CNAI nº 4350
SIMONE PRISCILA DA SILVA FERREIRA
Contadora
CRC-1SP231313/O-0
CNAI nº 4352